

Termo de Referência
Contratação de Pessoa Jurídica para Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental em
Humaitá, Amazonas

Área/programa:	Conservação de Biodiversidade/Restauração Ecológica
Objetivo:	Contratação de Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das áreas de atuação do projeto Amazonia mais Robusta: Agroflorestando Humaitá.
Tipo de Contratação:	Consultoria
Regime de trabalho:	Pessoa Jurídica
Local de atuação:	Sul do estado do Amazonas, municípios de Humaitá e Manicoré, mais especificamente, as Terras indígenas Jiahui, Sepoti, Tenharim Marmelos (Gleba A) e comunidades extrativistas e regiões da Floresta Nacional Humaitá.
Período do contrato:	3 de agosto de 2026 a 30 de novembro 2026
Período de inscrição:	de 23 a 31 de julho de 2026
Projeto:	Amazônia mais Robusta: Agroflorestando Humaitá (Edital 03/2025 - IBAM/BNDES)

WCS

A Wildlife Conservation Society (WCS) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1895 que atua na conservação da vida silvestre e paisagens naturais em mais de 60 países de 14 regiões do mundo. Suas ações são baseadas na ciência, na educação e na busca de inspirar a sociedade a valorizar os recursos naturais.

A WCS está organizada em um conjunto de programas regionais que compartilham estratégias comuns de conservação ambiental. O Programa Andes-Amazônia-Orinoco (AAO) é composto pelos programas nacionais do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Programa Brasil

A WCS Brasil é uma organização brasileira sem fins lucrativos, fundada em 2004, cuja missão é promover a conservação participativa e colaborativa de territórios chave e da biodiversidade, em parceria com povos indígenas e comunidades locais, através de ações baseadas na ciência e com geração de benefícios para o planeta.

Dentro de sua linha de atuação que visa a conservação da natureza e ao bem-estar e geração de benefícios para populações tradicionais e indígenas, a WCS Brasil atua em um eixo temático relacionado a restauração florestal para a conservação, participando da meta brasileira de restaurar 12 milhões de hectares até 2030, em consonância com o PLANAVEG – Plano Nacional de Restauração da Vegetação Nativa.

Objetivo da consultoria

O objetivo geral da consultoria é dar o suporte técnico à execução do projeto “Amazônia mais Robusta: agroflorestando Humaitá”, por meio da elaboração do diagnóstico socioeconômico e ambiental de áreas degradadas e/ou alteradas destinadas à restauração ecológica e produtiva (sistemas agroflorestais), incluindo levantamento físico, biótico, socioeconômico e identificação das áreas para recomposição florestal.

Contextualização

O projeto “Amazônia mais Robusta: Agroflorestando Humaitá” foi aprovado no Edital Restaura Amazônia 03/2025 – IBAM/BNDES. O projeto será desenvolvido pela WCS Brasil e conta com a parceria com a Ecoporé,

WCS Associação Conservação da Vida Silvestre
Manaus, AM – Brasil

Idesam, Embrapa RO, UFAM e ICMBio em uma das regiões mais ameaçadas do Bioma Amazônico, onde os índices de desmatamento e perdas de biodiversidade têm sido crescentes e incessantes.

O objetivo principal do projeto é contribuir para a implementação do Arco da Restauração por meio da implantação de 200 hectares de áreas restauradas de forma participativa, com técnicas de restauração ecológica e produtiva nas Terras Indígenas Sepoti, Diahui, Tenharim Marmelos e em áreas degradadas e em comunidades extrativistas da Floresta Nacional Humaitá, promovendo o fortalecimento da cadeia produtiva da restauração florestal na Amazônia.

A principal estratégia é a restauração produtiva por meio da implantação de sistemas agroflorestais, tendo espécies arbóreas nativas de referência na região e de interesse para a conservação associadas ao cultivo de cacau e de café Robusta, proporcionando benefícios sociais e segurança alimentar, e ao mesmo tempo, restabelecendo os processos ecossistêmicos e serviços ambientais por meio do sequestro de carbono, regulação hídrica e conservação da biodiversidade no contexto das mudanças climáticas.

As áreas de atuação estão localizadas no sul do estado do Amazonas nos municípios de Humaitá e Manicoré, mais especificamente, nas Terras indígenas Jiahui, Sepoti, Tenharim Marmelos (Gleba A) em áreas degradadas e em comunidades extrativistas da Floresta Nacional Humaitá. As áreas de atuação do projeto consistem em 200 ha em diferentes estágios de degradação, distribuídos em 40 polígonos em 15 aldeias indígenas e 6 comunidades extrativistas, os quais demandam diferentes níveis de intervenção incluindo restauração produtiva, por meio da implantação de sistemas agroflorestais com café, regeneração natural assistida, muvuca de sementes e adensamento. Este projeto faz parte de uma aliança entre as principais organizações de referência na conservação e restauração ambiental na Amazônia, que por meio de projetos independentes, mas que se interrelacionam, possa potencializar a iniciativa Restaura Amazônia e contribuir efetivamente para o alcance das metas regionais e globais de restauração ecológica.

Objetivos

Objetivo geral

Elaborar diagnóstico ambiental e socioeconômico das áreas a serem restauradas incluindo levantamento físico, biótico, socioeconômico e identificação/confirmação dos polígonos para implementação das estratégias de restauração.

Objetivos específicos

- Caracterização das condições físicas e químicas do solo, hidrologia e relevo das áreas de interesse.
- Análise temporal da cobertura vegetal, florística, estrutura e potencial de regeneração natural.
- Identificação da fauna, dispersores de sementes e polinizadores de importância para a resiliência da restauração e potencial para o estabelecimento de corredores ecológicos.
- Identificação dos vetores de degradação e mecanismos para minimizar impactos sobre as áreas de atuação.
- Caracterização do perfil socioeconômico das comunidades direta ou indiretamente afetadas pelo projeto com identificação de conflitos existentes na área e potenciais riscos para o atingimento das metas do projeto.
- Elaboração do cadastro preliminar e do cadastro final dos beneficiários de cada área de interesse
- Identificação/confirmação dos polígonos para implementação da restauração florestal, com a indicação da técnica mais adequada para a restauração das áreas, por meio da restauração produtiva, regeneração natural assistida, muvuca de sementes e adensamento.

- Estruturar uma base geoespacial/Banco SIG que apoie o diagnóstico, a validação dos polígonos, a definição das técnicas de restauração e a linha de base para o monitoramento futuro.

Delimitação da área de estudo

As áreas a serem restauradas e as técnicas de restauração propostas são apresentadas na Tabela a seguir. Será disponibilizada à contratada a localização preliminar dos polígonos identificados durante a elaboração da proposta do projeto.

Essas áreas deverão ser organizadas, revisadas e validadas em ambiente SIG, utilizando sistema de referência geodésico SIRGAS 2000, preferencialmente na projeção SIRGAS 2000 / UTM Zona 20S (EPSG:31980), compatível com a localização das áreas de atuação do projeto. Caso alguma base oficial seja disponibilizada em outro sistema de referência, a contratada deverá informar o sistema original, realizar a reprojeção quando necessário e registrar o procedimento nos metadados.

As áreas deverão ser mapeadas em escalas compatíveis com o nível de análise e com a extensão territorial representada. Para mapas de localização regional e contexto territorial, deverão ser utilizadas escalas adequadas à representação das Terras Indígenas, da Floresta Nacional Humaitá, dos municípios, acessos e entorno, preferencialmente entre 1:100.000 e 1:25.000, conforme a abrangência do mapa.

Para mapas de contexto das localidades e áreas de intervenção, recomenda-se escala mínima de 1:10.000. Para os polígonos de restauração, a escala mínima recomendada é 1:5.000, devendo ser adotadas escalas mais detalhadas, como 1:2.500 ou superiores, quando houver disponibilidade de imagens de alta resolução, ortomosaicos de VANT ou necessidade de identificar microambientes, limites de intervenção, acessos, áreas úmidas, bordas, clareiras, solo exposto, fragmentos arbóreos e demais elementos relevantes ao planejamento da restauração.

		Técnicas de Restauração				
Área de atuação	Localidade	SAF	RNA	AD	MS	Total (ha)
TITenharim Marmelos	Karanai	2,8			3,0	5,8
	Jakui	3,4		3,8		7,2
	Pakyri	6,5			2,0	8,5
	Mafui	1,1	3,3	5,8	0,9	11,1
	Taboca	4,9	5,3			10,2
	Campinho	4,4	10,6	4,7		19,7
	Kwandujuva	3,0				3,0
	Trakwa	5,0			7,6	12,6
	Bela Vista	5,3	8,2		16,4	29,9
	Marmelos	15,7		14,5		30,2
	Vila Nova	1,8				1,8
	TI Diahui	4,4		2,4	4,2	11
	Kawari	2,0			0,4	2,4
	Paraná	1,6		4,0		5,6
TI Sepoti	Estirão Grande	2,3	4,1		0,6	7
Flona Humaitá	Barro Vermelho	12,8				12,8

Salomão	3,0				3
Palha Preta	2,2				2,2
Barreira do Tambaqui	13,3				13,3
Vila Maici	2,3				2,3
Paraná do Buiúçu	0,5				0,5
TOTAL	98,3	31,5	35,2	35,1	200,1
%	49,1	15,7	17,6	17,5	100

A escala de apresentação cartográfica não substitui a exigência de entrega das bases geoespaciais editáveis, que deverão preservar a melhor resolução espacial disponível para cada dado utilizado ou produzido.

A identificação final dos polígonos deverá considerar as condições ambientais, socioeconômicas, logísticas e legais, bem como a validação participativa junto às comunidades e instituições envolvidas. As técnicas de restauração previamente propostas - sistemas agroflorestais, regeneração natural assistida, adensamento e muvuca de sementes - deverão ser confirmadas, ajustadas ou reclassificadas a partir da análise integrada de uso e cobertura do solo, estágio de degradação, potencial de regeneração natural, relevo, hidrologia, solos, conectividade, acessibilidade, vetores de degradação e informações obtidas em campo.

Componente de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto e Banco SIG

Considerando que o diagnóstico ambiental e socioeconômico dependerá da localização, validação e análise integrada dos polígonos de restauração, a contratada deverá estruturar um componente transversal de geoprocessamento, sensoriamento remoto e Banco SIG. Esse componente deverá apoiar a confirmação dos polígonos de intervenção e a indicação das técnicas de restauração mais adequadas, integrando dados secundários, imagens orbitais, informações de campo, registros georreferenciados, produtos de VANT quando disponíveis ou previstos, e informações validadas nas oficinas participativas.

O Banco SIG deverá organizar, no mínimo, as seguintes informações:

- limites oficiais das Terras Indígenas Sepoti, Diahui e Tenharim Marmelos, da Floresta Nacional Humaitá, limites municipais e demais áreas protegidas incidentes ou próximas;
- localização preliminar e final dos polígonos de restauração, com área em hectares, localidade, território, técnica inicialmente prevista, técnica validada, justificativa técnica e situação de validação;
- uso e cobertura do solo atual e histórico, incluindo áreas florestais, vegetação secundária, capoeira, pastagem degradada, solo exposto, áreas agrícolas, áreas úmidas, corpos d'água, estradas, ramais, trilhas e demais classes relevantes;
- análise multitemporal da cobertura vegetal e dos processos de degradação, indicando, sempre que possível, o período provável de supressão ou alteração da vegetação;
- hidrografia, nascentes, áreas úmidas, APPs, drenagens, áreas suscetíveis a alagamento, assoreamento ou restrições hídricas para implantação e manutenção dos plantios;
- relevo, declividade, suscetibilidade à erosão, microambientes e condições que influenciem o preparo do solo, a mecanização, o acesso e a escolha das técnicas de restauração;
- vetores de degradação e risco, incluindo cicatrizes de fogo, áreas com recorrência de queimadas, presença de gramíneas invasoras, compactação, erosão, abertura de acessos, pressão agropecuária, exploração madeireira, mineração ou outros impactos identificados;

- elementos de conectividade ecológica, como fragmentos florestais, corredores ripários, bordas, árvores remanescentes, áreas fonte de propágulos e potenciais rotas de deslocamento de fauna;
- localização das comunidades, aldeias, áreas de uso atual, acessos, infraestrutura, disponibilidade de água para plantio, viveiros, viveiros de espera, áreas potenciais para coleta de sementes e demais elementos logísticos relevantes.

A análise deverá combinar interpretação visual, classificação de uso e cobertura do solo, cruzamento de camadas geoespaciais, checagem de campo e validação participativa. Quando houver uso de VANT, a contratada deverá informar o planejamento de voo, a resolução espacial, a área coberta, a data de aquisição, os parâmetros básicos de processamento e os produtos gerados, incluindo ortomosaico georreferenciado e, quando aplicável, Modelo Digital de Elevação ou Modelo Digital de Superfície.

Escopo do trabalho

Caracterização do meio físico

Solos:

Descrever a classificação dos solos, grau de compactação, processos erosivos e potencial de risco erosivo, fertilidade e profundidade.

Hidrologia:

Identificar regime hídrico, nascentes e corpos d'água no entorno, processos de assoreamento. Mapeamento das mudanças na hidrografia ocorridas ao longo do tempo, com base em mapas históricos, fotos aéreas e/ou imagens de satélite.

Relevo:

Descrever a declividade, susceptibilidade à erosão e potencial de mecanização.

Caracterização do meio biótico

Cobertura vegetal:

Caracterização da fitofisionomia, estágio sucessional da vegetação, estado de conservação, avaliação do potencial de regeneração natural, uso predominante da área (cobertura do solo), presença de espécies exóticas, invasoras, potencial de conectividade. Mapeamento das mudanças na cobertura do solo ocorridas ao longo do tempo, com base em mapas históricos, fotos aéreas e/ou imagens de satélite. Esse mapeamento deve explicitar, sempre que possível, o tipo de cobertura vegetal existente anteriormente e o período (ano) em que a cobertura vegetal foi retirada. Descrever a densidade, riqueza, espécies-chave, invasoras, gramíneas exóticas e capacidade de resiliência.

Fauna:

Identificar elementos da fauna, especialmente os de importância para a dispersão de sementes, polinização e análise do potencial de conectividade para estabelecimento de corredores para fauna, pressão de caça.

Vetores de degradação

Caracterizar incidência de fogo, compactação, espécies invasoras, mineração, erosão, drenagem, uso agrícola/agropecuário, exploração madeireira, enchentes e mecanismos para minimizar os impactos nas áreas restauradas.

Diagnóstico socioeconômico

Localização e identificação das comunidades direta ou indiretamente afetadas pelo projeto, avaliar o potencial de adesão aos projetos de restauração, perfil produtivo, o uso atual da terra, infraestrutura, acesso às áreas de intervenção, disponibilidade de água para os plantios.

Identificar coletores de sementes existentes e potenciais, viabilidade de implantação de viveiros de produção de mudas e viveiros de espera, espécies de interesse ecológico e econômico, mercado potencial para os produtos gerados nas comunidades.

Identificação de conflitos existentes na área e potenciais riscos para o atingimento das metas de restauração propostas, incluindo descrição das possíveis medidas para diminuir os riscos externos às áreas restauradas.

Cadastro dos beneficiários do qual deverá constar o nome do beneficiário, localidade, número do polígono a ser restaurado, localização, técnica de restauração a ser adotada, potencial para meliponicultura, mão de obra disponível e acesso.

Metodologia

Deverá ser apresentado plano de trabalho com o detalhamento da metodologia a ser utilizada nas etapas de coleta de dados e formação do banco de imagens georreferenciadas, para as dimensões ambiental e socioeconômico; trabalho de campo e validação; critérios de restauração.

Metodologia específica para SIG e Sensoriamento Remoto

O diagnóstico geoespacial deverá seguir um fluxo integrado, contemplando a compilação e padronização das bases cartográficas, a análise preliminar em imagens orbitais e bases oficiais, a validação de uso e cobertura do solo, o cruzamento de camadas ambientais, logísticas e socioeconômicas, a checagem de campo, a validação participativa e a produção dos mapas temáticos e do banco geográfico final.

A validação da classificação de uso e cobertura do solo deverá buscar distinguir, sempre que possível, floresta conservada ou pouco alterada, vegetação secundária/capoeira alta, capoeira baixa/regeneração inicial, pastagem degradada/campo aberto, solo exposto ou área compactada, área agrícola ou roça atual, fragmentos arbóreos ou árvores isoladas, áreas úmidas ou baixadas, corpos d'água, ramais, estradas e trilhas.

Uso de VANT, ortomosaicos e imagens de alta resolução

O uso de VANT e ortomosaicos de alta resolução deverá ser considerado como apoio complementar ao diagnóstico geoespacial, especialmente em polígonos prioritários, unidades demonstrativas, áreas com maior incerteza de classificação ou locais em que a escolha da técnica de restauração dependa de maior detalhamento espacial.

Os produtos de VANT deverão apoiar:

- validação e refinamento da classificação de uso e cobertura do solo;
- delimitação precisa dos polígonos de intervenção;
- identificação de microambientes, como baixadas, áreas sujeitas a enchimento, topos, encostas, clareiras, bordas, áreas compactadas, manchas de solo exposto, fragmentos arbóreos e árvores isoladas;
- identificação de áreas com maior ou menor potencial de regeneração natural;
- apoio à definição das técnicas de restauração mais adequadas por polígono;
- comunicação e validação participativa com comunidades, lideranças e parceiros;
- criação de linha de base espacial para monitoramento futuro dos plantios e das áreas em restauração.

Os ortomosaicos deverão ser entregues em formato georreferenciado e acompanhados de metadados mínimos, incluindo data do voo, equipamento utilizado, resolução espacial, sistema de coordenadas, área coberta, responsável técnico e método de processamento.

Quando forem utilizados dados de VANT, a contratada deverá informar o software e o fluxo de processamento fotogramétrico adotados. Poderão ser utilizadas soluções como Agisoft Metashape, Pix4Dmapper, WebODM/OpenDroneMap ou equivalentes, desde que os produtos finais atendam aos requisitos de georreferenciamento, resolução espacial, precisão cartográfica e documentação metodológica previstos neste TdR.

Participação nas oficinas para elaboração do Plano de Restauração Florestal, com apresentação e validação das informações preparadas no diagnóstico, conforme cronograma a ser apresentado pela contratante.

Produtos esperados e cronograma de realização

Etapas	Produto	Data entrega a partir da assinatura do contrato	Data aprovação
1	Plano de trabalho	5 dias	2 dias
2	Bases geoespaciais/Banco SIG preliminar, incluindo camadas padronizadas, metadados, mapas temáticos preliminares, tabela-síntese dos polígonos e bases editáveis entregues à WCS Brasil em GeoPackage (.gpkg)	15 dias	2 dias
3	Diagnóstico ambiental e socioeconômico/validação em campo e critérios de restauração – versão preliminar	25 dias	2 dias
4	Diagnóstico – versão final	30 dias	

Detalhamento do Produto 2 - Bases geoespaciais e Banco SIG

A contratada deverá entregar um Banco SIG preliminar com as bases espaciais organizadas, padronizadas e documentadas. Esse banco deverá incluir, no mínimo, os polígonos preliminares de restauração, limites territoriais, hidrografia, relevo, uso e cobertura do solo, acessos, comunidades, áreas protegidas, vetores de degradação, áreas de interesse para coleta de sementes, viveiros e demais camadas relevantes ao diagnóstico.

Todas as bases geoespaciais produzidas, organizadas ou ajustadas durante a consultoria deverão ser entregues integralmente à WCS Brasil, em formato aberto, editável e acompanhado de metadados. Essas bases passarão a compor o acervo técnico do projeto e poderão ser utilizadas pela equipe da WCS Brasil e por parceiros autorizados em atividades de planejamento, implementação, monitoramento e prestação de contas.

O Banco SIG deverá ser entregue em formato aberto e editável, tendo o GeoPackage (.gpkg) como formato principal para organização das bases geoespaciais vetoriais. Quando necessário, a contratada também deverá entregar versões complementares em shapefile, KML/KMZ para visualização rápida e mapas em PDF. Os arquivos deverão estar organizados por tema e conter sistema de referência definido, tabelas de atributos padronizadas, dicionário de dados, metadados, fonte das informações, data de produção ou aquisição, escala ou resolução espacial e responsável pela elaboração.

Mapas em PDF, imagens estáticas ou figuras inseridas no relatório não substituem a entrega das bases geoespaciais editáveis. Todas as camadas utilizadas para gerar mapas, análises e recomendações técnicas deverão ser entregues à WCS Brasil em formato editável, preferencialmente consolidadas em GeoPackage (.gpkg). Isso inclui os polígonos de restauração, classes de uso e cobertura do solo, hidrografia, APPs, relevo, acessos, comunidades, vetores de degradação, microambientes, áreas de coleta de sementes, viveiros e demais camadas produzidas ou ajustadas no âmbito da consultoria.

O Produto 2 deverá incluir, no mínimo:

- mapa de localização das áreas de atuação;
- mapa dos polígonos preliminares de restauração;
- mapa de uso e cobertura do solo atual;
- mapa multitemporal de alteração da cobertura vegetal;
- mapa de hidrografia, APPs e áreas úmidas;

- mapa de relevo, declividade e suscetibilidade à erosão;
- mapa de vetores de degradação e riscos;
- mapa de conectividade ecológica e áreas fonte de regeneração;
- mapa de microambientes, quando houver dados suficientes;
- tabela-síntese dos polígonos com área, localidade, técnica prevista, técnica recomendada, justificativa técnica e grau de confiança da classificação.

A camada vetorial dos polígonos de restauração deverá conter, no mínimo, os seguintes campos de atributos: id_poligono; territorio; localidade; area_ha; tecnica_prevista; tecnica_validada; justificativa; classe_cobertura; estagio_sucessional; pot_regeneracao; microambiente; declividade; risco_erosao; risco_fogo; agua_acesso; acesso_logistico; vetores_degrad; fonte_validacao; status_validacao; observacoes.

Recomenda-se que dados pessoais dos beneficiários não sejam incorporados diretamente nas camadas geoespaciais de ampla circulação. Quando for necessário relacionar um polígono a um beneficiário, essa associação deverá ser feita por código de identificação, mantendo as informações pessoais em cadastro separado e com controle de acesso.

Equipe técnica mínima

Coordenador técnico (engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, biólogo ou profissional de área afim com experiência em projetos de restauração ecológica/produtiva na Amazônia).

Especialista em geoprocessamento/SIG (geógrafo, engenheiro cartógrafo, engenheiro ambiental, analista SIG ou profissional de área afim), com experiência em organização de bancos de dados geoespaciais, análise multitemporal de uso e cobertura do solo, interpretação de imagens orbitais, elaboração de mapas temáticos, integração de dados de campo georreferenciados e produção de bases espaciais em formatos abertos. Será desejável experiência com QGIS, ArcGIS Pro, Google Earth Engine, processamento de imagens de VANT, ortomosaicos e modelos digitais de elevação.

Especialista em flora/restauração (botânico, biólogo, ecólogo, engenheiro florestal com experiência em levantamento florístico, identificação de regenerantes e invasoras na Amazônia.)

Especialista em solos (engenheiro agrônomo, engenheiro agrícola/ambiental com experiência na identificação e análise de solos).

Especialista em socioeconomia (economista, sociólogo, extensionista rural com experiência no levantamento de dados socioeconômicos na Amazônia).

Técnico de campo para marcação de parcelas, coleta de solo, uso de GPS ou aplicativo de coleta georreferenciada, operação de drone quando prevista, registro fotográfico, apoio à validação dos polígonos e organização dos dados coletados em campo.

Cronograma de desembolso

Parcela	Desembolso	Pagamento	Percentual do valor bruto
1	Mediante entrega e aprovação do Produto 1: Plano de Trabalho	Até 15 dias após a data de aprovação do Produto e entrega de Nota Fiscal.	30%
2	Mediante entrega e aprovação do produto 2		20%
3	Mediante entrega e aprovação do produto 3		30%
4	Mediante apresentação e aprovação do Produto 4: documento final		20%

Importante considerar que todos os custos relacionados com a logística de transporte, alimentação e acomodação da equipe técnica, seguro e outros custos relacionados, ficam a cargo da contratada.

Período do trabalho

As atividades deverão ser executadas no período de até 50 dias a contar da data da contratação, prevista para 3 de agosto de 2026, não sendo possível a prorrogação deste prazo, em função do contrato com o financiador.

Requisitos mínimos:

1. Experiência comprovada em projetos na Amazonia brasileira
2. Experiência comprovada atividades com povos indígenas e comunidades tradicionais
3. Experiência na realização de diagnósticos ambientais e socioeconômicos para restauração e/ou cultivos na Amazônia brasileira

Requisitos desejáveis:

Experiência com a implementação de projetos de restauração florestal, utilizando diferentes técnicas

Candidatura

As empresas interessadas devem enviar suas propostas para o e-mail compras@wcs.org com o assunto "diagnóstico". As propostas devem incluir:

1. Orçamento detalhado (incluindo encargos, impostos e dados bancários).
2. Documentação da empresa (CNPJ, inscrição estadual/municipal, etc.).
3. Portfólio ou comprovantes de experiência em serviços semelhantes.
4. Documentação do representante legal (Identidade, CPF, e-mail e comprovante de residência).

Diversidade e ética

A WCS é um empregador que oferece oportunidades iguais e a organização cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas. A organização oferece oportunidades iguais de emprego para todos os candidatos qualificados. A organização não discrimina no emprego com base em idade, cor, deficiência, identidade de gênero, origem nacional, raça, religião, orientação sexual, status de veterano ou qualquer outra característica protegida por leis e regulamentos.